

ACESSIBILIDADE E MANUTENÇÃO DO PARQUINHO DA PRAÇA RAMEZ TEBET

Amanda Lima de Almeida¹; Jessica Rodrigues Alves^{2,5}; Lennon Gomes^{3,5}; Rodrigo Guimarães-Pinho^{4,5*}

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS; ² Arquiteta e Urbanista – Unisalesiano, pós-graduanda em Espaço Litúrgico, Arquitetura e Arte Sacra – Unisa; ³ Arquiteto e Urbanista – UNOESTE, Mestre em Geografia – UFMS; ⁴ Arquiteto e Urbanista – UNIMEP, Esp. em Docência e Gestão do ensino superior – UNOESTE, Mestre em Geografia – UFMS; ⁵ Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

* autor correspondente: rodrigopinho.tla@gmail.com

RESUMO

Nesta revisão bibliográfica, apresenta-se informações obtidas a partir das inspeções a campo no intuito de analisar as condições das instalações dos brinquedos da praça pública, no bairro Centro, na cidade de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Os espaços propostos às crianças devem sempre ser acessíveis para a maior parte das crianças e excitantes para seus sentidos e imaginação, apresentando possibilidades diferentes de ação para contribuir com o desenvolvimento de suas habilidades e estimular a criatividade. Para isso é necessário que esses equipamentos estejam sempre conservados. Assim no fim dessa inspeção foi concluído que a acessibilidade é algo inexistente no parquinho, não possui brinquedos que satisfaça a necessidade de crianças com necessidades especiais, é indispensável destacar a carência de adequação e adaptação dos equipamentos, quanto sua conservação imprópria faz com que estes signifiquem um fator de risco constante para todos que frequentam o espaço.

PALAVRAS-CHAVE: praças, parques infantis, acessibilidade nos parquinhos.

1 INTRODUÇÃO

No final do século XIX criou-se os parques infantis nos Estados Unidos da América e Europa; até então não existia espaços destinados ao lazer infantil.

No Brasil, os parquinhos infantis surgem na década de 1930 em São Paulo, na administração do prefeito Fábio Prado. Assegura-se que eles são criados para solucionar os problemas dos filhos de operários que deixam suas crianças sob os cuidados de pessoas sem preparo suficiente.

Os dois parques infantis mais conhecidos da cidade de Três Lagoas são o da Lagoa Maior e o da praça Ramez Tebet. Nesses dois locais, os pais geralmente levam seus filhos para se divertirem, ou melhor levavam, devido ao mal uso e à falta de manutenção dos

brinquedos, os parques se tornaram praticamente sem uso e depredados.

O parque infantil escolhido para um estudo mais aprofundado foi o da Praça Ramez Tebet. A principal razão para a escolha foi por estar situado na área central da cidade, que em sua maioria se trata de área comercial próxima a prédios públicos e de fácil acesso a toda população devido a sua localidade. Percebe-se que a praça é o lugar de acesso e uso para todas as classes sociais.

Os parques fazem parte do planejamento urbano, logo os órgãos têm a responsabilidade de fazer a manutenção, melhoria e reformas, e dar opções de lazer, propondo e decidindo alternativas para o uso dos espaços urbanos.

Os portadores de deficiências encontram muitas dificuldades em seu cotidiano e ainda que existem inúmeras

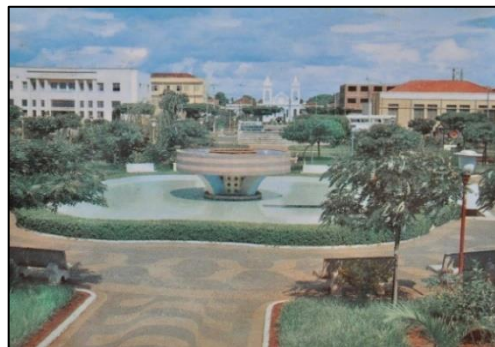
leis e normas que garantam seus direitos iguais na participação em relação a emprego, acessibilidade, integração, uso etc., quase sempre essas não são cumpridas. Isto se deve a fatores econômicos ou socioculturais, dentre estes o próprio desconhecimento e a ausência de controle na aplicação das leis.

Para Laufer (2001), quando se pensa em adaptar os equipamentos recreativos de um parque, é preciso lembrar da acessibilidade, pois ela tem como alvo acolher todos os indivíduos, sem se importar com as características de cada um, eliminando assim todo preconceito, criando uma integração a esses equipamentos de recreação.

2 PRAÇA RAMEZ TEBET

A fundação da Praça da Bandeira

Figura 1. Praça da Bandeira



Fonte: Extraído do sítio virtual de Rádio Caçula, s.d.

Figura 2. Praça Ramez Tebet em 2021.



Fonte: Elaborado pelos autores (fotografia).

3 PARQUE INFANTIL OU PLAYGROUND

O parque infantil, de maneira geral,

(atual Ramez Tebet) remete a criação de Três Lagoas, quando ocorreu o loteamento da cidade também foi planejado um espaço social. Quando se originou, a Praça foi chamada de Praça da Estação, pois está situada perto da linha férrea. O nome Praça da Bandeira só foi mesmo adotado na celebração do 50º aniversário de Três Lagoas (Figura 1).

A Praça da Bandeira, desde sua fundação, passou por diversas restaurações, sendo a mais expressiva iniciada em 2005, modificando de maneira drástica o paisagismo do local. As obras foram entregues em 2006, contando então, pela primeira vez, com um parque infantil e modificando o seu nome mais uma vez, passando a chamar praça Ramez Tebet, em homenagem ao ex-senador (Figura 2).

é gradeado, possui portões de acesso, com travas, impedindo que crianças possam sair sozinhas da área do parquinho.

O parque possui três árvores no

seu interior, sendo dois coqueiros e um ipê. Além das árvores dentro da delimitação do parque, dois brinquedos de dentro do parque recebem sombra de uma grande árvore que se encontra na praça, o parque conta com cinco brinquedos em um espaço mal aproveitado, poderiam ser mais brinquedos ou adaptados para acessibilidade.

Um dos problemas existentes neste parque é a falta de segurança para as crianças. A estrutura metálica ao

redor do parque está enferrujada (Figura 3A) e o cercado de metal que protegia ao redor do parque está destruído e oxidado, boa parte danificada foi retirada, mas ainda assim contém pontas de ferro expostas que podem causar acidentes. O portão, que também possuía cerca, já não possui a trava para fechar, fazendo com que as crianças tenham acesso a toda praça e a avenida, que por sinal possui um tráfego constante de veículos (Figura 3B).

Figura 3. Falta de segurança no parque infantil. A. Estrutura metálica enferrujada. B. Portão sem o cercado.



Fonte: Elaborado pelos autores (fotografias).

Outro problema existente é a falta de acessibilidade, muitas crianças são portadoras de alguma deficiência, fazendo com que ela se limite, não podendo usufruir de um espaço público, que deveria ser voltado a todo tipo de público, ele necessita estar acessível e seguro para todas as crianças, inclusive para aquelas com deficiência.

4 LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

4.1 Lei de acessibilidade

No Brasil, a lei de acessibilidade se oficializou com decreto nº 5296, que foi publicado em dezembro de 2004, pois ela institui mais duas leis, a Lei nº 10.048/2000, que permite a prioridade no atendimento às pessoas com deficiência e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas e critérios para a promover a acessibilidade.

A lei de acessibilidade considera

pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu artigo 10º:

Art. 10. Os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam sejam eles utilizados pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 10-A. A instalação de qualquer mobiliário urbano em área de circulação comum para pedestre que ofereça risco de acidente à pessoa com deficiência deverá ser indicada mediante sinalização tátil de alerta no piso, de acordo com as normas técnicas pertinentes (LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000).

4.2 Norma brasileira (NBR) 9050

NBR 9050, foi criada pela ABNT em 1985, essa norma é a base para que tenha uma arquitetura acessível para pessoas com deficiências ou dificuldades. A NBR tem o objetivo de garantir segurança, autonomia e conforto no uso

dos espaços urbanos para os usuários com necessidades especiais.

4.2.1 Mobiliário urbano

Recomenda-se que todo mobiliário urbano atenda aos princípios do desenho universal, conforme conceitos e princípios abordados no Anexo A. Para ser considerado acessível, o mobiliário urbano deve:

- a) proporcionar ao usuário segurança e autonomia de uso;
- b) assegurar dimensão e espaço apropriados para aproximação, alcance, manipulação e uso, postura e mobilidade do usuário;
- c) ser projetado de modo a não se constituir em obstáculo suspenso;
- d) ser projetado de modo a não possuir cantos vivos, arestas ou quaisquer outras saliências cortantes ou perfurantes;
- e) estar localizado junto a uma rota acessível;
- f) estar localizado fora da faixa livre para circulação de pedestre;
- g) ser sinalizado conforme 5.4.6. (ABNT NBR 9050)

4.2.2 Equipamentos urbanos

Os equipamentos urbanos são um conjunto de itens utilitários inseridos nas áreas públicas da cidade, para atender a necessidade de todos os cidadãos garantindo que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos.

Recomenda-se que os equipamentos urbanos atendam aos princípios do desenho universal. O Anexo A contém informações e descrição dos princípios do desenho universal.

Todos os equipamentos devem seguir os sete princípios do desenho universal, que são (1) igualitário (uso equitativo); (2) adaptável (uso flexível); (3) óbvio (uso simples e intuitivo); (4) conhecido (informação de fácil percepção); (5) seguro (tolerante ao erro); (6) sem esforço (baixo esforço físico) e (7) abrangente (dimensão e espaço para aproximação e uso) (GABRILLI, 2016).

Esses princípios são importantes para facilitar a vida de todas as pessoas, e para que se tenha inclusão e acessibilidade nos lugares, e assim todos possam ter a oportunidade de usufruir dos equipamentos e espaços urbanos.

5 OS BRINQUEDOS

Os brinquedos para parques infantis/playground precisam ser produzidos com o reconhecimento de qualidade, atendendo os requisitos da ABNT e oferecer materiais alternados que requeiram medidas de segurança e cuidado com o meio ambiente.

De acordo com Freyberger (2000), os brinquedos que mais se caracterizam com os primeiros parques infantis são os feitos de ferro mais tradicional: balanço, trepa-trepa, escorregador, gira-gira.

5.1 Balanço

Possui dois conjuntos de balanços que não apresentam nenhuma proteção e acessibilidade às crianças, aumentando bastante o risco de acidente enquanto as crianças estiverem balançando, não possui segurança para crianças portadoras de deficiência. (Figura 7 e 8).

Foi identificado que o brinquedo não apresenta encosto, e nem grade de proteção para evitar possíveis colisões, descanso para os pés e cintos de segurança para proteger a criança de possíveis acidentes.

De acordo com a ABNT (1999), todos os assentos dos balanços devem ser constituídos por encosto, e também é recomendado que os balanços para as crianças de até 3 anos tenham o assento em formato de “calça” para a proteção da coluna dorsal. Em relação ao descanso para os pés no balanço, as normativas da ABNT (1999) estabelecem que este é necessário para possibilitar o apoio adequado e também prover maior estabilidade para a criança na hora de brincar

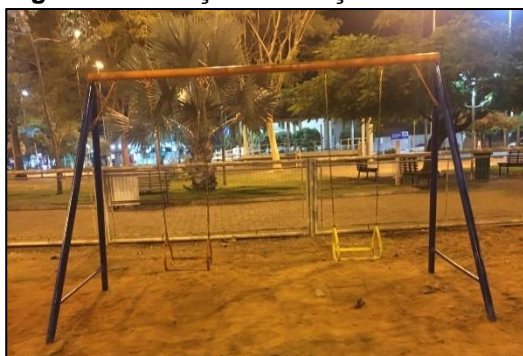
(ROCHA; DESIDÉRIO; MASSARO, 2018).

O balanço é feito de ferro, oferece resistência boa em relação a função e ao serviço desempenhado, mas as correntes enferrujadas, e por ficar sob evidência constante do sol, pode causar queimaduras nas crianças, além disso o brinquedo não se encontra em bom estado

de conservação, o que pode trazer danos aos usuários.

No Brasil, em São Paulo, no bairro Mooca, foi inaugurado em janeiro de 2014 o primeiro playground acessível. Depois que Ana Laura perdeu sua filha em um acidente, ela resolveu criar algo para homenagear a sua filha, criando um parquinho acessível para todos (Figura 5).

Figura 4. Balanços da Praça Ramez Tebet.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 5. Ana Laura Parque Para Todos (São Paulo, 2014).



Fonte: Extraído de Alpapato, 2014.

5.2 Gangorra

A gangorra tripla não possui nenhum tipo de acessibilidade e segurança para as crianças, é confeccionada de aço carbono, possui alça para segurar, porém não é revestida, o assento não traz conforto e segurança e não possui o formato ideal, além de não ter proteção nas costas e nas laterais (Figura 6).

O brinquedo não tem acessibilidade para crianças portadoras de deficiência, impedindo que as

mesmas usem o brinquedo, por falta de inclusão social.

A Figura 7 apresenta uma ideia de gangorra acessível e segura para todas as crianças com ou sem necessidades especiais. Essa gangorra é ideal para crianças que precisam de acompanhantes para a prática de suas brincadeiras com segurança, pois possui assentos distintos, vêm duas cadeiras com fechamento frontal e dois assentos, fornecendo toda a segurança.

Figura 6. Gangorra da Praça Ramez Tebet.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 7. Gangorra acessível com quatro Lugares.



Fonte: Extraído de CGN Notícias, 2020.

Figuras 8. Escorregador da Praça Ramez Tebet em 2021.



Fonte: Elaborado pelos autores (fotografia).

5.3 Escorregador

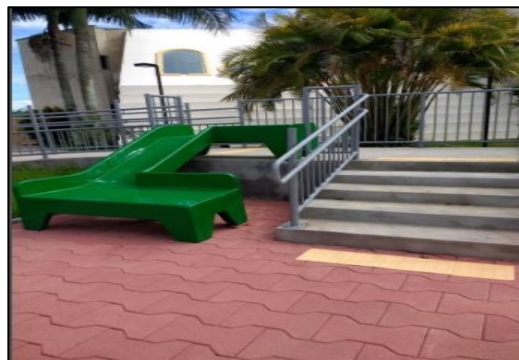
O escorregador é um brinquedo que a maioria das crianças gostam, é formado por uma escada e o escorrega, assim as crianças podem treinar a coordenação geral do corpo, equilíbrio, força e resistência muscular. O brinquedo é confeccionado em ferro, oferecendo uma resistência boa em relação à função e ao serviço desempenhado, mas o material está enferrujando e a pintura

descansando, e por ficar sob evidência constante do sol, pode causar queimaduras nas crianças. O brinquedo não se encontra em bom estado de conservação, podendo trazer danos aos usuários, além disso o escorregador não é acessível para crianças com deficiência ou portadoras de alguma doença, sendo assim não traz segurança para as crianças (Figura 8). O brinquedo não possui degraus fechados na escada e nem material

antiderrapante e não possui o corrimão em duas alturas, apesar do escorredor possuir a proteção lateral da prancha,

isso não é suficiente para a criança se sentir segura.

Figura 9. Escorregadores acessíveis para todos. A. Representação esquemática de um escorregador ideal – corrimão com várias alturas, escadas com degraus fechados e proteção lateral. B. Parque Apae de Tubarão.



Fontes: A. Extraído de Mercado Livre, s.d. B. Extraído de Alpapato, s.d.

Figura 10. Gira-gira da Praça Ramez Tebet em 2021.



Fonte: Elaborado pelos autores (fotografia).

Figura 11. Exemplos de gira-gira que atendem todos os usuários. A. Gira-gira inclusivo. B. Gira-gira para dois cadeirantes.



Fonte: Extraído de Lima, 2016.

Os modelos de escorregador ideal para que os parquinhos sejam acessíveis para todos, precisam ter corrimão de pelo menos duas alturas, escadas com degraus fechados e proteção lateral de um tamanho que traga segurança para os usuários (Figura 9).

5.4 Gira-gira

O gira-gira é um brinquedo que se encontra em praticamente todos os parquinhos, na maioria das vezes tem sua estrutura toda em ferro ou aço. O modelo apresentado na Figura 10 não atende a todas as faixas etárias, por não oferecer

segurança que as crianças menores precisam. O gira-gira do parque estudado é feito de aço carbono, e não possui acessibilidade para crianças portadoras de deficiência (Figura 10).

A Figura 11 apresenta dois exemplos de gira-gira que podem ser implantados em parquinhos para atender todos os usuários.

5.5 Escala torcida (trepa-trepa)

O trepa-trepa é fabricado com tubos de aço carbono, mede 2.632 mm de altura e 5.020 mm de diâmetro (Figura

12). O brinquedo não possui nenhuma acessibilidade para crianças portadoras de deficiência, e o mesmo também não é seguro, pois a altura do brinquedo deve ser de acordo com a idade da criança para evitar quedas perigosas, além disso é indispensável o acompanhamento de um adulto para evitar que aconteça acidentes.

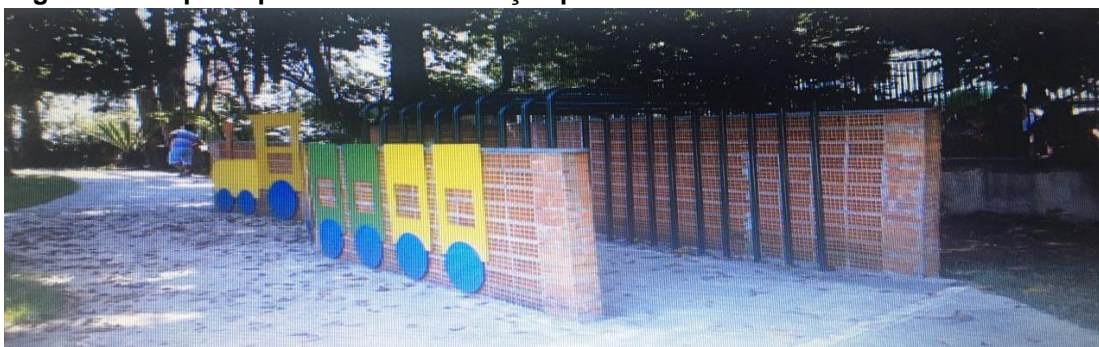
A Figura 13 apresenta um modelo de trepa-trepa que poderia ser implantado em parques infantis, para cadeirantes ou crianças portadoras de outra deficiência.

Figuras 12. Trepa-trepa da Praça Ramez Tebet.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 13. Trepa-trepa acessível a crianças portadoras de deficiência.



Fonte: Extraído de Lima, 2016.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos nas fotos, a área do parque infantil estudado não possui acessibilidade e nem inclusão social, pois nas visitas realizadas no Parque não foi encontrado nenhum brinquedo adaptado.

O poder público não está atuando devidamente na manutenção dos equipamentos, mas principalmente no

questo acessibilidade. De acordo com as normas estudadas neste trabalho, o parque não possui nenhum brinquedo acessível para pessoas portadoras de deficiência.

O parque está sem manutenção, os brinquedos e equipamentos estão deteriorados, prejudicando os usuários, a falta de manutenção e conservação dos equipamentos fazem com que se deteriorem no tempo colocando os seus

usuários em risco, além disso, a falta de acessibilidade faz com que parte das crianças não seja apta a utilizar os brinquedos com autonomia, as deixando excluídas da vida social e do lazer que têm direito.

Enfim, é indispensável que os profissionais qualificados realizem uma proposta de ajustamento do parque infantil, transformando o parque em área acessível e segura para todas as crianças, como é indicado tanto pelos conceitos do desenho universal quanto pelas normas lei da acessibilidade nº 10.048/2000, lei da acessibilidade 10.098/2000, ABNT NBR 9050, ABNT NBR 16537.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 16537. Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação- ABNT NBR 16537 (totalacessibilidade.com.br).

ABNT NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos- ABNT NBR 9050:2015/Em1:2020-norma-abnt-NBR-9050-2015-emenda-1-2020.pdf (ca-noas.rs.gov.br).

ALPAPATO, A. L. Parques para todos. 2014. Disponível em: <<https://annalaura.org.br>. Parque da Mooca, AACD-<https://annalaura.org.br>>. Acesso em: 26 maio 2021

ALPAPATO, A.L. Parque APAE Tubarão, s.d. Extraído de: <<https://annalaura.org.br>>. Acesso em: 26 maio 2021.

CGN NOTÍCIAS. Parque acessível está aberto para arrecadação de recursos- CGN, 2020. Disponível em: <<https://cgn.inf.br/noticia/287508/parque-acessivel-esta-aberto-para-arrecadacao-de-recursos>>. Acesso em: 26 maio 2021.

CORRÊA, P. M.; MANZINI, E. J. Acessibilidade em parque infantil: um estudo em escolas de educação infantil.

CORRÊA, P. M.; MANZINI, E. J. Protocolo para avaliação da acessibilidade do parque infantil das escolas de educação infantil.

FREYBERGER, A.; FERRARA, L. D'A. O espaço do brincar. 2000. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GABRILLI, M. Desenho Universal um conceito para todos-2016 (maragabrilli.com.br).

GOVERNO DIGITAL. Legislação Acessibilidade. Extraído de: <<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/legislacao-acessibilidade-2019>>. Acesso em: 20 maio 2021.

LAUFER, A. Recomendação para projetos de brinquedos de recreação e lazer existentes em playgrounds adaptados à criança com paralisia cerebral 2001. 90 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

LIMA, T. R. Brinquedo inclusivo para praças públicas: cadeirantes e não cadeirantes brincando juntos. 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br>>. Acesso em: 20 maio 2021.

LUZ, G. M. da; KUHLEN, A. O uso dos espaços urbanos pelas crianças: explorando o comportamento do brincar em praças públicas, 2011.

MELO, M. P. de; JESUS, M. S. de; LICERE, D. V. B. B. Praças Públicas e Possibilidades Lúdicas: uma análise das praças Serzedelo correia e Edmundo Bitencourt em Copacabana-RJ, 2015.

MERCADO LIVRE. Disponível em: <<https://produto.mercadolivre.com.br>>. Acesso em 26 maio 2021.

RADIO CAÇULA. Disponível em: <www.radiocacula.com.br/fotos-antigas->. Acesso em: 27 maio 2021.

ROCHA, A. N. D. C.; DESIDÉRIO, S. V.; MASSARO, M. Avaliação da Acessibilidade do Parque Durante o Brincar de Crianças com Paralisia Cerebral na Escola Aila Narene Dahwache, 2018.

SILVA et al. Acessibilidade em parques urbanos: uma análise no parque Marinha do Brasil, Porto Alegre – RS, Scientia-Tec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS, v. 4, n. 1, p. 90-102, jan./jun. 2017.

ANEXO A.

Desenho universal e seus princípios.

O conceito de desenho universal está definido conforme legislação vigente e pelas normas técnicas. Este conceito propõe uma arquitetura e um design mais centrados no ser humano e na sua diversidade. Estabelece critérios para que edificações, ambientes internos, urbanos e produtos atendam a um maior número de usuários, independentemente de suas características físicas, habilidades e faixa etária, favorecendo a biodiversidade humana e proporcionando uma melhor ergonomia para todos. Para tanto, foram definidos sete princípios do desenho universal, apresentados a seguir, que passaram a ser mundialmente adotados em planejamentos e obras de acessibilidade:

1) uso equitativo: é a característica do ambiente ou elemento espacial que faz com que ele possa ser usado por diversas pessoas, independentemente de idade ou habilidade. Para ter o uso equitativo, deve-se: propiciar o mesmo significado de uso para todos; eliminar uma possível segregação e estigmatização; promover o uso com privacidade, segurança e conforto, sem deixar de ser um ambiente atraente ao usuário;

2) uso flexível: é a característica que faz com que o ambiente ou

elemento espacial atenda a uma grande parte das preferências e habilidades das pessoas. Para tal, devem-se oferecer diferentes maneiras de uso, possibilitar o uso para destros e canhotos, facilitar a precisão e destreza do usuário e possibilitar o uso a pessoas com diferentes tempos de reação a estímulos;

3) uso simples e intuitivo: é a característica do ambiente ou elemento espacial que possibilita que o seu uso seja de fácil compreensão, dispensando, para tal, experiência, conhecimento, habilidades linguísticas ou grande nível de concentração por parte das pessoas;

4) informação de fácil percepção: essa característica do ambiente ou elemento espacial faz com que seja redundante e legível quanto a apresentações de informações vitais. Essas informações devem se apresentar em diferentes modos (visuais, verbais, táteis), fazendo com que a legibilidade da informação seja maximizada, sendo percebida por pessoas com diferentes habilidades (cegos, surdos, analfabetos, entre outros);

5) tolerância ao erro: é uma característica que possibilita que se minimizem os riscos e as consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais na utilização do ambiente ou elemento espacial. Para tal, devem-se agrupar os elementos que apresentam risco, isolando-os ou eliminando-os, empregar avisos de risco ou erro, fornecer opções para minimizar as falhas e evitar ações inconscientes em tarefas que requeiram vigilância;

6) baixo esforço físico: nesse princípio, o ambiente ou elemento espacial deve oferecer condições de ser usado de maneira eficiente e confortável, com o mínimo de fadiga muscular do usuário. Para alcançar esse princípio, deve-se: possibilitar que os usuários mantenham o corpo em posição neutra, usar força de operação razoável, minimizar ações repetidas e minimizar a sustentação do esforço físico;

7) dimensão e espaço para aproximação e uso: essa característica diz que o ambiente ou elemento espacial deve ter dimensão e espaço apropriados para aproximação,

alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho de corpo, postura e mobilidade do usuário. Desta forma, deve-se: implantar sinalização em elementos importantes e tornar confortavelmente alcançáveis todos os componentes

para os usuários sentados ou em pé, acomodar variações de mãos e empunhadura e, por último, implantar espaços adequados para uso de tecnologias assistivas ou assistentes pessoais.